



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO IX

INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 128, DE 28 MARÇO DE 2022

**AUTODECLARAÇÃO DO SEGURADO ESPECIAL – PESCADOR**

(TODAS AS INFORMAÇÕES SERÃO CHECADAS NOS SISTEMAS OFICIAIS)

1. Dados do Segurado:

NOME: \_\_\_\_\_ APELIDO: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ LOCAL DE NASCIMENTO: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO RESIDENCIAL: \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ LOCAL DE EXPEDIÇÃO / DATA \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\*RGP: \_\_\_\_\_ MATRÍCULA CEI/CAEPF: \_\_\_\_\_

2. Período(s) de atividade pesca (dia/mês/ano):

PERÍODO (xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx)	LOCAL ONDE EXERCE A ATIVIDADE*	SITUAÇÃO
		<input type="checkbox"/> Individualmente <input type="checkbox"/> Regime de economia familiar
		<input type="checkbox"/> Individualmente <input type="checkbox"/> Regime de economia familiar
		<input type="checkbox"/> Individualmente <input type="checkbox"/> Regime de economia familiar

\*Mar/ Rio/ Estuário/ Lagoa/ Açude/ Represa

2.1 No caso de exercício de atividade em regime de economia familiar, informe sua condição no grupo:

☐ Titular

☐ Componente



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

2.2 Grupo Familiar, se exerceu ou exerce a atividade em regime de economia familiar, informe os componentes do grupo familiar:

NOME: \_\_\_\_\_ DN: \_\_\_\_\_

CPF (NÚMERO): \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_ PARENTESCO: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_ DN: \_\_\_\_\_

CPF (NÚMERO): \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_ PARENTESCO: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_ DN: \_\_\_\_\_

CPF (NÚMERO): \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_ PARENTESCO: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_ DN: \_\_\_\_\_

CPF (NÚMERO): \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_ PARENTESCO: \_\_\_\_\_

3. Informe a condição de pescador em relação à embarcação onde exerce/exerceu a atividade:

PERÍODO (xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx)	CONDIÇÃO EM RELAÇÃO A EMBARCAÇÃO*	ARQUEAÇÃO BRUTA DA EMBARCAÇÃO (AB)



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL


\*Arrendatário/ Comodatário/ Meeiro/ Parceiro/ Proprietário/ Pescador Artesanal ou mariscador sem embarcação

3.1 Se o segurado for proprietário e houve arrendamento da embarcação, informar:

PERÍODO (xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx)

3.2 Qual o nome e CPF do(s) titular(es) da embarcação:

NOME	CPF	PERÍODO (xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx)

3.3 Informe a atividade pesqueira (pescador de tambaqui, pescador de ostra etc.):

ATIVIDADE	SUBSISTÊNCIA/VENDA

3.4 Informe se houve recolhimento de Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI sobre a venda da produção: SIM ☐ NÃO ☐

PERÍODO (xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx)



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL


3.5 Possui empregado(s) ou prestador(es) de serviço: SIM ☐ NÃO ☐ Especificar.

NOME	CPF, se possuir	PERÍODO (xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx)

4. Informe se exerce ou exerceu outra atividade e/ou recebe/recebeu outra renda:

ATIVIDADE*	LOCAL	PERÍODO (xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx)

\* Pedreiro, carpinteiro, pintor, servidor público, entre outros.

4.1 Informe se recebe/recebeu outra renda nas seguintes atividades: atividade turística, artística, artesanal, dirigente sindical ou de cooperativa, mandato de vereador:

SIM ☐ NÃO ☐

ATIVIDADE	PERÍODO (xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx)	RENDA (R\$)	OUTRAS INFORMAÇÕES*

\* Para atividade artesanal, informar a origem da matéria prima.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Para mandato de vereador, informar o Município.

Para exploração de atividade turística na propriedade, indicar os dias de hospedagem por exercício.

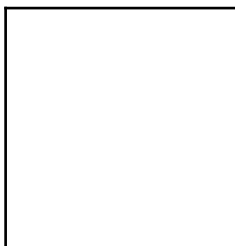
4.2 Informe se participa de cooperativa: SIM ☐ NÃO ☐

ENTIDADE	CNPJ	INFORMAR SE É AGROPECUÁRIA OU DE CRÉDITO RURAL

Declaro sob as penas previstas na legislação, que as informações prestadas nesta declaração são verdadeiras, estando ciente das penalidades do Art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Local: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do segurado/requerente



POLEGAR DIREITO

Art. 299 do Código Penal: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.